

# A JANGADA E O ELEFANTE: ARQUIVOS DA EUROPA NAS VIAGENS DE SARAMAGO

Maria Luiza Scher Pereira

Artigo recebido em: 11/11/2009

Aceito para publicação: 21/12/2009

## RESUMO

Nos romances **A jangada de pedra** e **A viagem do elefante**, José Saramago reflete sobre aspectos do iberismo, através dos roteiros de duas viagens: uma, na perspectiva atlântica da rota ibero-afro-americana; a outra, na direção intracontinental da comunidade européia. Para construir a representação alegórica do iberismo, o escritor vai aos arquivos dos dois grandes projetos unificadores da Europa moderna: a formação da Europa como uma unidade; e a expansão da Europa como matriz civilizadora e conquistadora de novos territórios dominados, no projeto moderno da colonização.

**Palavras-chave:** Saramago, representação, iberismo

## ABSTRACT

In the novels **A jangada de pedra** and **A viagem do elefante**, José Saramago reflects on aspects of Iberianism through the route of two voyages: one from the Iberian and Afro-American perspective and the other in the intercontinental direction of the European community. In order to build the allegoric representation of Iberianism, the writer uses two grand projects for the unification of modern Europe: the formation of Europe as a unity and the expansion of Europe as a blue print for colonization and conquest of territories in a modern project of colonization.

**Keywords:** Saramago, representation, Iberianism

Vês Europa Cristã, mais alta e clara  
Que as outras em polícia e fortaleza.  
Vês África, dos bens do mundo avara,  
Inculca e toda cheia de bruteza.  
Camões, *Os Lusíadas*, CX, 92

A Europa é sempre Europa, a gloriosa!  
A mulher deslumbrante e caprichosa,  
Rainha e cortesã.  
Artista - corta o mármore de Carrara;  
Poetisa - tange os hinos de Ferrara,  
No glorioso afã! ...  
Sempre a láurea lhe cabe no litígio...  
Ora uma c'roa, ora o barrete frígio  
Enflora-lhe a cerviz.  
O Universo após ela - doudo amante  
Segue cativo o passo delirante  
Da grande meretriz.  
Castro Alves, *Vozes d'África*

Durante séculos, a Europa sentiu-se a rainha do planeta, e agiu como tal.  
Zigmunt Bauman, *Europa*

Na nota de apresentação do livro **A viagem do elefante**, José Saramago informa que foi levado por uma amiga, leitora da Universidade de Salzburgo, a um restaurante chamado O elefante, onde viu uma série de pequenas esculturas de madeira postas em fila. O que despertou a atenção do escritor foi ele ter reconhecido, na primeira delas, a Torre de Belém de Lisboa. A ela se seguiam as “representações de vários edifícios e monumentos europeus que manifestamente enunciavam um itinerário”. Soube que tratavam da viagem de um elefante, dado de presente por D. João III de Portugal a Maximiliano II da Áustria, e levado a pé e de barco de Lisboa para a Viena, em 1551.

Contemplando as esculturas em série - que lemos como uma narrativa metonímica da viagem, pela representação de partes das cidades que compuseram seu roteiro -, Saramago diz que pressentiu ali a possibilidade de uma história, e o fez saber à sua acompanhante. Ao final da nota, agradece a ela a ajuda na obtenção do que ele chamou de “indispensável informação histórica”. (SARAMAGO, 2008).

Essas informações foram recortadas para ilustrar a idéia de que o gesto escritural resulta da contingência da ida do escritor ao arquivo, e da apropriação que ele faz dos elementos ali reunidos; apropriação que se dá por meio dos procedimentos como recorte, leitura e tradução.

No caso do episódio, tanto as pequenas esculturas do restaurante, quanto os documentos dos acervos históricos pesquisados depois constituem material de arquivo, apropriado e reutilizado pelo escritor para a feitura do seu “relato” da viagem do elefante. Trata-se evidentemente de um relato ficcional; um texto que Saramago chamou de “conto”, somente porque faltam a ele os habituais elementos dos seus romances, como o autor justifica em entrevista, sem entrar na polêmica dos gêneros.

Ainda voltando ao que se informa na Nota, vemos que Saramago utilizou o arquivo material, ou seja, os acervos históricos, nos quais buscou a documentação sobre a viagem; utilizou, também, de elementos de todo um acervo, não necessariamente materializado, da memória cultural portuguesa e européia, evocada pelo tema da viagem do elefante.

Com base na teoria do arquivo, conforme conceitualmente utilizado por Michel Foucault, em **Arqueologia do saber**, e por Jacques Derrida, em **Mal de arquivo**, partimos, então, da alegoria da ida do escritor aos arquivos culturais e literários para compreender que o autor é um leitor, um tradutor e um produtor de elementos de arquivo. Seu movimento é duplo: vai ao arquivo como *predador*, quando se apropria a seu modo de elementos arquivados; e como *doador*, quando suplementa o arquivo com material que ele produz, a partir da leitura e da tradução.

A ida do escritor ao arquivo pode ser física, quando ele recorre a fontes, textos, monumentos, documentos, e a todo tipo de acervo que se abriga nos museus, bibliotecas, coleções. Ou seja, o escritor tanto vai fisicamente ao suporte material do arquivo, como também vai ao arquivo simbolicamente, quando faz remissão a mitos, narrativas, textos em resíduos, vestígios, lembranças, crenças: rastros de memórias e da memória cultural.

É a partir desse pressuposto teórico e dessa alegoria - “a ida do escritor ao arquivo”, aqui tomada tanto como uma espécie de categoria conceitual, quanto como uma ferramenta de análise e interpretação dos textos literários - que nos aproximamos da obra de Saramago, principalmente, dos livros referidos no título deste trabalho.

Destaco neles a recorrência do tema da viagem. 22 anos depois de **A Jangada de pedra**, a viagem continua. Será a mesma? Ponho como hipótese que sim. Trata-se do modo particular de lermos o percurso da escrita de Saramago pelos caminhos da reflexão sobre Portugal e sua relação cultural com a Espanha, com a Europa, e com o Ocidente.

Defendo a idéia de que, nesses dois livros, ao dar desenvolvimento a essa reflexão, Saramago representa alegoricamente a ida do escritor aos arquivos dos grandes projetos da “aventura européia”, isto é, a aventura da invenção da Europa moderna.

Em primeiro lugar, temos o projeto da *formação* da Europa como uma unidade, inicialmente sob a bandeira do Sacro Império Romano Germânico, projeto fundador que se inaugura com a coroação de Carlos Magno como 1º Sacro Imperador, no Natal do ano 800, e que só formalmente se desmonta em 1806, já na intentona napoleônica, também um projeto europeu unificador. Seguiram-se projetos na mesma direção, em proporções geopolíticas específicas, como o Império Austro Húngaro, o projeto imperialista de Hitler e, a seu modo, a Revolução bolchevique que resultaria na União Soviética. Essa idéia de Europa como unidade é continuada, hoje, na formação do bloco e da zona do Euro, que se iniciou como Comunidade Econômica Européia, atualmente rebatizada de União Européia.

O segundo grande projeto da aventura européia é o da *expansão da Europa* como matriz civilizadora e conquistadora de territórios, na colonização moderna. Zigmunt Bauman, citando Denis de Rougemont, lembra que “a Europa descobriu todas as terras do planeta, mas nenhuma delas jamais descobriu a Europa; que ela dominou sucessivamente todos os continentes, mas nunca foi dominada por nenhum deles”; e finalmente, destaca que o eurocentrismo decorre da “antiga tendência da Europa ao solilóquio quando o recomendado era o diálogo”. (BAUMAN, 2006, p.14-15).

Nesse mesmo sentido, Eduardo Lourenço, aliás, citado por Bauman como um dos intérpretes dos discursos da invenção européia, conceitua assim: “[...] Europa [...] título que desde então designa menos uma entidade geopolítica, uma história comum, do que um mito, o da Civilização, do Progresso, da Cultura como espelho e instrumento regenerante do destino humano.” (1988, p.5).

Lourenço assinala ainda que é justamente nessa etapa da aventura

européia, a etapa da expansão da Europa ou do debordamento da Europa para além do seu território físico, que Portugal assume um papel entre os protagonistas. O ensaísta articula o passado ao presente ao refletir sobre o fascínio português pela europeização promovida pela adesão do país à União Européia em 1996. Dessa forma, busca interpretar esse sentimento coletivo: “A deriva atlântica já a fizemos. É mesmo a essência do nosso específico europeísmo. É dela que estamos regressando, continuando aliás nela sem contradição alguma com a nossa participação na construção européia.” (LOURENÇO, 1988, p.36).

Voltando ao *corpus* escolhido da obra de Saramago, propomos que os romances citados alegorizam esses dois projetos, a partir da ida do escritor aos arquivos da aventura européia e da leitura desses elementos de arquivos, transformados e reinventados pelo gesto escritural que os atualiza.

O arquivo da colonização moderna é submetido a uma releitura motivada por uma perspectiva crítica especificamente saramaguiana: a que aponta para a defesa da solidariedade e do estreitamento dos laços ibero-afro-americanos, como alternativa aos blocos atuais, formados pelo interesse eminentemente econômico. É disso que trata a renomada alegoria do descolamento da Península Ibérica do resto da Europa no romance **A jangada de pedra**.

O arquivo da formação européia como unidade, por sua vez, atualiza-se como desconfiança irônica do autor quanto à situação dos países ibéricos (e dos demais países periféricos da Europa) no redesenhamento da Europa feito pela União Européia.

Ironicamente, Saramago afirma que seria melhor mudar o nome outra vez, agora para Unificação Européia, pois é de uma Europa unificada que se trata, pois ela não é unida, sequer solidária. E temos, então, a divertida novela de **A viagem do elefante**. Nesse caso, Saramago não tematiza diretamente a União Européia, mas desloca a questão, espacial e temporalmente, para a Europa cristã do Sacro Império, do período de Carlos V, especificamente para do ano de 1551, ano da viagem do elefante, em pleno período do Concílio de Trento. Esse deslocamento resultará no efeito alegórico estruturante da literatura de Saramago.

Para objetivar a abordagem dos textos, centro a reflexão em dois tópicos:

Tópico 1: Um aspecto do Iberismo de Saramago em **A jangada de pedra** ou a desvinculação da península da hegemonia do iluminismo francês, metonímia da razão européia moderna.

Convocamos, assim, o texto seminal intitulado *Nós e a Europa ou as duas razões*, de Eduardo Lourenço publicado, em 1988, no calor da hora da entrada de Portugal na União Européia, como também o foi **Jangada de Pedra** em 1986.

Segundo Lourenço, com Lutero, a Europa cristã se dividiu entre católicos e protestantes, o que abriu espaço crítico para a entrada da oposição a essa ordenação religiosa do continente, configurada na racionalidade cartesiana da cultura francesa. A emergência e a rápida expansão hegemônica da “razão iluminista” teria colocado na sombra o pensamento ibérico, que Lourenço chamou de “razão barroca”:

Com a hegemonia da razão cartesiana, a *Península desaparece do horizonte* como interlocutor válido ou a outra Europa torna-se para a cultura peninsular lugar de refúgio ou modelo inacessível. Começa então nossa invisibilidade ou visibilidade intermitente na cena européia dominante, que é a inglesa ou holandesa no discurso científico e político e a francesa no científico e cultural, em sentido largo. [...] Começamos (os peninsulares) a ser vistos como “outros”, [...] e a replicar, de dentro, com orgulho ou desdém, ao mesmo tempo fundado e obtuso. (1988, p. 57, grifo meu)

Recorto a expressão grifada na citação de Eduardo Lourenço para associá-la ao mote de **A jangada de pedra**. Sem deter extensivamente na obra, já de resto bastante conhecida e comentada, atenhamo-nos a um único episódio: o do apagón, como o chamaram os espanhóis ou do negrum, no dizer dos portugueses.

O *blecaute* (como dizemos em português americanizado) total da Península Ibérica acontece com o rompimento dos cabos de energia e eletricidade que vinham da França ou da Europa e por sobre os Pirinéus levavam eletricidade à Espanha e Portugal. Rompidos esses cabos pelo afastamento da Península, a escuridão, que ocorre em poucos minutos, mas vivida como se durasse séculos, começa a ser dissipada pelo acionamento de fontes próprias de geração de energia. A claridade que então se tem não é como a intensa iluminação anterior, é uma luminosidade feita de claros e

escuras, bruxuleante e o narrador refere-se a esse aspecto em termos mais condizentes com a tonalidade barroca que com a clareza iluminista.

Medo, arrependimento, preces, todo um vasto repertório barroco invade a narrativa enumerativa, contorcida, bem ao gosto do estilo neobarroco do autor. A citação é um pouco longa, mas compensa:

Quando todas as luzes da península se apagaram ao mesmo tempo [...] quando quinhentos e oitenta e um mil quilômetros quadrados de terra se tornaram invisíveis na face do mundo, então não houve mais dúvida, o fim do mundo chegara [...] ... este pavor, esta escuridão de breu, este borrão de tinta caído sobre a Ibéria, Não nos retire a luz, Senhor, faz com que ela volte, e eu te prometo que até o fim de minha vida não te farei outro pedido, isto diziam os pecadores arrependidos, que sempre exageram. Com trémulas mãos acenderam-se as velas nas casas, as lanternas de pilhas, os candeeiros de petróleo guardados para uma falta, mas não esta, os castiçais de prata fina, os de bronze que só serviam de adorno, as palmatórias de latão, as esquecidas candeias de azeite, luzes frouxas que povoaram de sombras a sombra e entremostraram relances de rostos assustados, decompostos como reflexos na água. Muitas mulheres gritaram, muitos homens tremeram, das crianças se dirá que choraram todas [...]” (JP, 38)

O iberismo de Saramago, alegorizado nesse mundo *claroscuro* semelhante ao associado ao mundo barroco ibérico, retoma aquela imagem de apagamento progressivo do pensamento ibérico como um discurso europeu, de que fala Eduardo Lourenço. No entanto, o ensaísta chama a atenção para o fato de que a razão barroca é também uma “*crítica radical do mundo*”, mas sob o modo ético-religioso”. Assim, tanto a razão cartesiana quanto a razão barroca seriam, na opinião do crítico português, duas respostas a uma só crise da imagem tradicional do mundo: Descartes, Bossuet e Pascal, de um lado; Quevedo, Gracián e António Vieira, de outro.

Ainda citando Eduardo Lourenço: “Gracián é o primeiro grande teórico moderno da realidade como simulacro, e com um parêntesis de três séculos, a sua razão barroca recupera hoje uma actualidade que a evidência cartesiana foi perdendo”.

Num texto já clássico, em 1990, intitulado *Mi iberismo* (foi escrito de propósito em espanhol), texto que acendeu uma grande polémica, Saramago ironiza o europeísmo dos seus conterrâneos:

Cuando, por fin, había encontrado ya mi Península Ibérica, en ese momento, la perdía (pues) acudían los políticos a enseñarme que si yo quería ser un hombre de mi tiempo tenía que pasar a jurar por Europa, aun no sabiendo exactamente, ni yo ni ellos, qué Europa es ésa que tan bien parece querernos. En resumen: ser ibérico equivalía, o equivale, a rozar peligrosamente la traición, ser europeo representa el toque final de la perfección y la vía ancha para la felicidad eterna. (SARAMAGO, 1990).

Pelo uso da ironia, Saramago vai convergir, nesse texto-manifesto, com a perspectiva crítica de Eduardo Lourenço, outro conhecido iberista, ao resgatarem ambos, cada um a seu modo, a validade do pensamento ibérico, ou seja, da razão barroca, ao lado da razão iluminista, como respostas a uma mesma crise de paradigma.

A partir disso, consideramos que Saramago, como também Alejo Carpentier, de quem ele tira a epígrafe barroca de **A jangada de pedra** – “*todo futuro es fabuloso*” - são atuais e contemporâneos herdeiros de Gracián, na medida em que ambos, o português e o cubano, visitam a sua maneira os arquivos do iberismo e do europeísmo, e o suplementam com suas narrativas alegóricas.

Dessa forma, Saramago recupera, para atualizar, a “razão barroca” como o fez Carpentier em **O reino desse mundo** e mais claramente (a palavra é intencional) em **O séculos das luzes**, como a crítica já tem, aliás, unanimemente afirmado. Ao fazê-lo ambos os escritores atualizaram a alegoria da ida do escritor ao arquivo e, na medida em que oferecem a ele novos elementos arquiváveis, o arquivo já não pode permanecer o mesmo, pois esse procedimento desierarquiza a ordem anterior e convoca uma nova interrelação entre os textos que, então, reorganizam-se em redes discursivas.

Tópico2: O que Saramago não contou, mas sugeriu, da viagem do elefante.

Em **A viagem do elefante**, Saramago suplementa a representação alegórica da relação de Portugal (e também da Espanha) com a Europa; por isso, a viagem é intracontinental e a alegoria é o elefante, que viaja, como viajou a jangada, e leva sobre si o cornaca Subhro, um indiano, mais ou menos cristão, mais ou menos colonizado; que fala português e está integrado

ao mundo europeu, mas é escuro, fronteiro; ao mesmo tempo uma figura menor nesse diálogo desigual de culturas, mas intelectualizado e portador de uma observação privilegiada e de um discurso que vai se revelando como profundamente crítico. Ou seja, Subhro pode ser lido como um alter-ego do próprio escritor ou, em sentido mais amplo, como uma alegoria do intelectual periférico, jungido ao poder de comando.

Essa interpretação encontra eco em uma ilustração que vale a pena registrar: o site do Clube do livro ilustra como uma possível capa para a obra a caricatura do próprio Saramago no lugar do cornaca. De fato, é Saramago quem viaja na viagem do elefante, ou melhor, sua escrita viaja nos rastros e nos vestígios deixados pelos que traçaram esses itinerários críticos.

O itinerário da viagem no relato de Saramago também é fragmentado e fantasioso, concebido de modo a ligar Portugal à Espanha, e ambos diretamente ao mundo católico contra-reformista. Portanto a viagem, ao passar pelo Mediterrâneo, numa ligação direta do porto da Catalunha a Gênova, salta

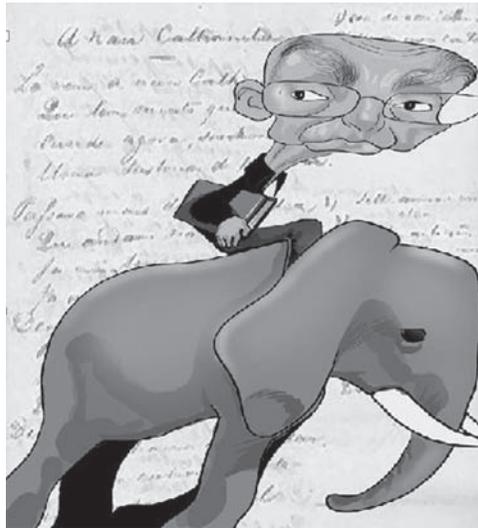


Ilustração inspirada na caricatura disponível em:

[http://news-pac.blogspot.com/2008\\_12\\_01\\_archive.html](http://news-pac.blogspot.com/2008_12_01_archive.html). Acesso em: 09 set. 2009.

sobre a França. Mas não chega à Áustria sem antes passar pela Itália do Norte e se deter primeiro em Pádua - para o episódio cômico-burlesco do milagre do elefante diante do santuário do milagroso Santo Antônio, que como Santo foi perdido por Portugal para uma Itália muito mais poderosa - e em seguida, por Trento, onde acontece há seis anos o famoso Concílio.

Se a França de Henry II e de Catarina de Medicis, que prepara a “razão iluminista” vindoura, fica fora do itinerário, essa ausência é significativa e sugere, como se viu no episódio do apagão da Península que Saramago está pensando no mundo ibérico e na sua relação com o poder central (Roma e o cisma luterano), em um tipo de reflexão que dispensa a intermediação da “razão francesa”. Nesse aspecto temos mais uma vez uma espécie de convergência entre Saramago e a tese citada de Eduardo Lourenço.

Parece-nos mais complexa e também muito significativa, até paradoxalmente eloquente, o quase total apagamento no romance da tensão extrema vivida historicamente nesse período - entre Carlos V, Imperador do Sacro Império Romano Germânico, e Solimão I, o Magnífico, ou o Grão-Turco, Sultão do imenso Império Otomano e Califa do Islã. Para se ter uma idéia do poder dos dois líderes mundiais da época, basta dizer que Carlos V promoveu o famoso “sacco di Roma”, entre 1527 e 1528, quando durante mais de nove meses a sede do cristianismo foi sitiada e saqueada pelas tropas do Rei Espanhol. Por seu lado, quando Solimão I morreu, em 1566, todas as grandes cidades não ocidentais, Meca, Medina, Jerusalém, Cairo, Damasco e Bagdad, pertenciam ao Império Otomano.

No século XVI, as duas potências disputaram territorialmente terras do leste europeu, sendo que Viena, o destino final da viagem de Maximiliano, e do elefante de Saramago, localiza-se exatamente na fronteira desses dois grandes impérios e foi por três vezes alvo dos ataques de Solimão I.

Sem explicitar essa tensa relação, Saramago sugere a sua dimensão e a sua importância quando usa uma estratégia ficcional para mostrar o fortalecimento da Europa sobre o Oriente. Trata-se do procedimento arrogante e eurocentrado de Maximiliano da Áustria (genro de Carlos V, mais tarde também Sacro Imperador) de rebatizar o elefante Salomão, trocando o nome para Solimão, o nome de Sultão do Império Otomano, ícone dos adversários dos europeus.

Batizar o elefante com o nome do Imperador muçulmano, arrastá-lo

pela Europa gelada, exibindo-o como uma propriedade exótica conquistada aos povos subjugados, transformou **A viagem do elefante** numa alegoria do domínio europeu do mundo. Da mesma forma, o tratador indiano tem seu nome mudado de Subro (que ironicamente significa branco) para Fritz, um nome alemão extremamente comum, somente pelo fato de que Maximiliano da Áustria assim o determinou em mais uma demonstração do poder nomeador da Europa sobre os outros povos.

Diz Zigmunt Bauman no citado livro **Europa**, que “a Europa produziu mais história do que poderia consumir localmente” e, portanto, esse excedente de história que a aventura européia produz passa a ser matéria de exportação. E avança: “a Europa inventa uma civilização que o resto do mundo tentou imitar ou foi compelido pela força a reproduzir”. (2006, p. 14).

Se a história da Europa não cabe em casa, também a geografia se expandiu para muito além das fronteiras físicas que, aliás, também não existem de fato, pois basta ver o mapa para constatar que aquele território continental se prolonga pela Ásia afora, e que as fronteiras são não naturais, mas foram histórica, política e culturalmente construídas pela expansão geográfica do excedente do que foi produzido como Europa.

Voltando mais especificamente para a reflexão crítica de Saramago sobre a relação de Portugal com o continente, vemos que, do ponto de vista de construção da Europa, o esforço português para se incluir e ser considerado como incluído nela, também passa por esse processo de exportação da história e da geografia; no caso de Portugal, exportação para dentro da própria Europa. Isso ocorre simbolicamente nos dois episódios dos elefantes dados de presente por reis europeus.

O caso de Salomão alegoriza a diplomacia à portuguesa de D. João III, para se colocar como amigo aos olhos de Carlos V, indiretamente, através da relação bajulatória com o genro e futuro sucessor como chefe do império, Maximiliano II. Para se credenciar, D João oferece o elefante, símbolo do poder colonial português, o que o habilitaria a se sentar à mesa dos pares da Grande Europa. Isso porque para Portugal tão temível era Solimão I, cujo domínio chegou a Gibraltar, portanto perto demais de Lisboa, como Carlos V, naquele momento, o homem mais poderoso da Europa.<sup>1</sup> A política de D João III é clara no presente dado.

O gesto é de repetição – e isso também Saramago não narra, mas

sugere: outro rei português, o Venturoso D Manuel I já antes, em 1514, tinha presenteado o Papa Leão X com um elefante albino, também batizado por ele com o nome de um antigo general cartaginês – Hanno, um notável viajante e colonizador. Hanno e Solimão se transformam em símbolo do poder e da dominação da Europa Cristã, mas, ao mesmo tempo, ilustram a sempre complicada situação de Portugal no contexto da Europa. Ao mesmo tempo colonizador e periférico, Portugal é o poder dominador quando recebe o presente exótico dos súditos; é bajulador do poderosos senhores do Centro, ao oferecer o mesmo presente exótico para conquistar alguma visibilidade frente a esses senhores. A transferência de mãos por que passam os presentes situa o rei na mesma posição do chefe colonial que busca, pela bajulação aos poderosos, incluir-se na sua esfera de relação.

Ao fim do relato de **A viagem do elefante**, vemos que o destino de Salomão, rebatizado de Solimão por Maximiliano da Áustria, foi o de ter as patas dianteiras transformadas em “recipientes, à entrada do palácio, para depositar as bengalas, os bastões, os guarda-chuvas e as sombrinhas de verão”. Remetendo ao “milagre” do elefante em Pádua, Saramago conclui com a habitual ironia: “Como se vê, a salomão não lhe serviu de nada ter-se ajoelhado”... (VE, 255)

Finalizando, propomos uma mínima hipótese sobre a epígrafe desse livro, já que a de **A jangada de pedra** foi iluminadora para o sentido geral da obra. Saramago abre o relato com uma frase enigmática que já tem causado a curiosidade da crítica: “*Sempre chegamos ao sítio aonde nos esperam*. O Livro dos Itinerários”. Alguns dizem que pode tratar-se da morte, uma das obsessões do autor; outros que pode ser uma referência à própria recepção da obra. Sem nos ater à epígrafe, chamamos atenção para a obra citada, de onde a frase teria sido tirada: o *livro dos itinerários*. Algum crítico já propôs que é um livro inventado por Saramago, como fizeram Borges e Guimarães Rosa e muitos outros. Pensamos na alegoria do arquivo: Saramago vai ao *Livro dos Itinerários* que pode ser compreendido como o grande arquivo dos discursos sobre os itinerários das aventuras culturais humanas.

Como alegoria do arquivo, compreendido como não fixo, não fechado,

---

<sup>1</sup>RIEGO: 2000:226: “El emperador representaba una gran amenaza, ya que era el hombre más poderoso de Europa. Dueño de los Países Bajos, Austria y Alemania, había heredado España -y con ella Nápoles y la América española.”

sempre em movimento de suplementação e desierarquização dos elementos arquivados, o *o livro dos itinerários* contém textos reais ou possíveis, que se oferecem à apropriação, à citação, à tradução, do autor-leitor, e produtor, ele também, de novos relatos e de novos contos de viagem que passam a integrar, suplementando de sentido, o *Livro dos Itinerários*.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Europa, uma aventura inacabada**. Trad. C. A. Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LOURENÇO, Eduardo. **Nós e a Europa ou as duas razões**. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1988.

RIEGO, Manuel Martín. El Emperador, el Papado y Trento. **Escuela Abierta**: revista de Investigación Educativa, n. 4, 2000.

SARAMAGO, José. Mi Iberismo – Prólogo. In: MOLINA, César Antonio. **El iberismo y otros escritos de literatura portuguesa**. Madrid: Ediciones Akal, 1990.